



**Universidade
Estadual de Goiás**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE LUZIÂNIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LETÍCIA SOUSA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME
DE DOWN NAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**

LUZIÂNIA - GO

2019

LETÍCIA SOUSA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME
DE DOWN NAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás – Campus de Luziânia, sob orientação da professora Especialista Márcia Aparecida.

LUZIÂNIA - GO

2019

LETÍCIA SOUSA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME
DE DOWN NAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**

Monografia defendida e aprovada em ____ de _____ de _____, pela Banca
Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Especialista Márcia Aparecida de Oliveira
Orientador

Prof. Especialista Márcio José Pereira Velasco
Avaliador

Prof. Especialista Robson dos Santos Rocha Caprice
Avaliador

LUZIÂNIA-GO

2019

Como não dedicar esse momento àqueles que são a minha rocha, a minha fortaleza, onde encontro força todos os dias para continuar. Meus pais Cássia e Elias, esse momento será eternamente nosso!

Agradeço a meus pais, Elias e Cássia, que ofereceram apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço neste processo.

Ao meu amado Ronivaldo Silva Leal, que esteve comigo nos momentos mais difíceis e que me deu força para que eu não desistisse e acreditou no meu potencial, EU AMO VOCÊ.

Agradeço toda a força e apoio prestado por todos os professores que contribuíram diariamente com meu conhecimento e se dedicaram para que eu chegasse até aqui, e que foram extremamente importantes na minha jornada acadêmica. Em especial, minha orientadora Márcia Aparecida, que me ajudou, acreditou em mim e me ergueu nos momentos de dificuldade que pensei em desistir.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”
(Paulo Freire)

RESUMO

A pesquisa qualitativa tem como objetivo principal demonstrar as possibilidades e desafios da inclusão da criança com Síndrome de Down, delimitando-a no Ensino Fundamental da rede municipal de ensino da Cidade de Luziânia/GO. E, deste modo, historicizar e analisar a educação inclusiva no Brasil, investigando o papel da Secretária Municipal de Educação quanto ao ensino proporcionado às crianças com Síndrome de Down, apresentando a possível constatação da potencialidade deste aluno quando se recebe o atendimento especializado. Os dados foram adquiridos por meio de entrevista e formalizados em questionário subjetivo aplicado na própria Secretaria Municipal de Educação da cidade, com o intuito de entender como acontece o processo de ensino para alunos com Síndrome de Down. A pesquisa apresenta fundamentação teórica baseando-se nas ideias dos seguintes autores: Ludke e André (1986), YIN (2010), (COLL, 2004) e Gerhardt (2009). Após a realização da pesquisa foi possível compreender como acontece o processo de inclusão no âmbito educacional do município e a importância do oferecimento da educação inclusiva especializada e de qualidade de acordo com a necessidade particular de cada aluno.

Palavras-Chave: Ensino Fundamental; Inclusão; Síndrome de Down.

ABSTRACT

This qualitative research aims to demonstrate the possibilities and challenges of the inclusion of children with Down syndrome, delimiting them in an Elementary School of the city of Luziânia-GO. And, thus, to historicize and analyze the inclusive education in Brazil, investigating the role of the Municipal Secretary of Education regarding the education provided to children with Down Syndrome, presenting the possible realization of the potential of this student when receiving specialized care. The data was acquired through interviews and formalized in a subjective questionnaire applied at the Municipal Secretariat of Education, in order to understand how the teaching process for students with Down Syndrome happens. The research presents theoretical foundation based on the ideas of the following authors: Ludke and André (1986), YIN (2010), (COLL, 2004) and Gerhardt (2009). After conducting the research, it was possible to understand how the process of inclusion in the educational context of the municipality happens and the importance of offering specialized and quality inclusive education according to the particular need of each student.

Keywords: Elementary School; Inclusion; Down Syndrome.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. Características da Síndrome de Down.....	17
FIGURA 2. Probabilidade de Síndrome de Down na Gravidez X Idade da Mulher...	21
FIGURA 3. Processo de Atendimento Educacional do Município.	27
FIGURA 4. Comunidade, Escola, Secretaria Municipal de Educação.....	28
FIGURA 5. Equoterapia para Alunos com Síndrome de Down.	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	13
1.1 A História da Síndrome de Down	13
1.2 Principais Características.....	15
1.3 Diagnóstico de indivíduos com Síndrome de Down	18
1.4 Preconceito.....	19
1.5 Incidentes relacionados à idade da gestante.....	20
CAPÍTULO 2 – ATENDIMENTO DO DOWN NA ESCOLA	22
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	25
CAPÍTULO 4	27
4.1 Campo de Pesquisa.....	27
4.2 Estimulação Precoce.....	33
4.3 Importância da Equoterapia	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO	42
APÊNDICE 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	44
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	45
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE.....	46
ANEXO B – CARTA DE ACEITE PARA BANCA EXAMINADORA.....	47

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa demonstrar as possibilidades e os desafios da inclusão da criança com Síndrome de Down, delimitando-a no Ensino Fundamental da rede municipal de ensino da cidade de Luziânia-Goiás, e analisar o que aborda o currículo no trabalho com a educação inclusiva. Historicizar a educação inclusiva no Brasil e investigar o papel do professor quanto ao ensino-aprendizagem da criança com Síndrome de Down, apresentando a possível constatação da potencialidade deste aluno.

O universo escolar costuma receber todo perfil de aluno, todos obtendo uma necessidade estudantil singular. O ensino especial sendo algo novo agregado a ela, onde a mesma recebe o desafio de aproveitar as oportunidades com cada aluno na perspectiva de aprimorar o potencial de cada um.

A educação especial segundo a Constituição de 1988 é algo que deve acontecer em ensino regular, onde foi citada no Brasil primeiramente na década de 50, sobretudo se proferiu pela primeira vez educação especial na década de 1970, apresentada em órgãos privados e públicos como órgãos normativos federais e estaduais.

O objetivo da pesquisa constitui-se em entender como funciona a educação para alunos com necessidades educacionais especiais, em particular o aluno que obtém à Síndrome de Down e verificar a inclusão no cotidiano escolar. Averiguando o papel da Secretária Municipal de Educação de Luziânia- GO, e os meios utilizados para inclusão do aluno diante de sua necessidade especial particular.

A pesquisa procurará responder as seguintes questões: como funciona o atendimento educacional especializado para alunos com Síndrome de Down no município? Todos os alunos com Síndrome de Down do município obtêm professor de apoio? Quais as dificuldades vivenciadas neste processo? Existem dificuldades em atender a demanda com Síndrome de Down? Quais as consequências para o aluno?

Esclarecer o que é a Síndrome de Down e demonstrar através da pesquisa o que acarreta para que ocorra a possibilidade de uma família ter um filho com a síndrome. Fortalecendo a ideia sobre a capacidade de interação social e suas potencialidades, destruindo assim, o preconceito que existe na realidade vivenciada por estes alunos.

A Pesquisa justifica-se mediante a experiência de conviver com uma pessoa com Síndrome de Down na família, e as dificuldades encontradas no que diz respeito à inclusão, especificamente em âmbito escolar, que assim, despertou o forte interesse pelo tema e a partir disto instigou a descobrir como funciona no âmbito educacional, na rede municipal de ensino de Luziânia – GO.

A inclusão é algo que depende de uma transformação educacional, onde o profissional da educação trabalhará com alunos especiais de forma democrática, sem diferenciações do ensino regular para o ensino especial e sim uma constante corrida para o aprimoramento da educação e subseqüentemente sendo capaz de ofertar um ensino de qualidade para todos.

A investigação constitui-se em pesquisa qualitativa, contextualizada através de alguns referenciais teóricos em especial: Ludke e André (1986, p. 13), Yin (2010) e Gerhardt (2009).

As autoras Ludke e André (1986, p. 18-20), discorrem sobre o estudo de caso como um objeto de estudo que tem em vista descobrimentos, de modo que comprove a realidade de modo mais aprofundado utilizando uma variedade de fontes e informações para falar sobre o assunto, propagando assim experiências vivenciadas e não generalizações. E dispõe de uma linguagem mais clara, de modo que todos os que obtiverem acesso consigam entender sobre o tema escolhido.

A análise dos dados será na Secretária Municipal de Educação da Cidade de Luziânia-GO, interrogando sobre o atendimento para alunos com necessidades educativas especiais, o estudo de caso delimitando-se em Síndrome de Down, pesquisando assim a realidade vivenciada nas escolas e como este processo sucede. No entanto haverá levantamento de dados bibliográficos e entrevista qualitativa semi-estruturada com o(a) Diretor(a) da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO 1

1.1 A História da Síndrome de Down

Quando falamos de uma síndrome, o primeiro questionamento que se manifesta é, como surgiu? Quem descobriu? E com a Síndrome de Down não foi diferente, tudo se iniciou com o pediatra inglês John Langdon Down em 1866, que trabalhava em uma enfermaria no Hospital John Hopkins em Londres e fazia o tratamento de pessoas que obtinham deficiência intelectual.

Mediante vários estudos realizados descobriu-se à Síndrome de Down, e passou a classificá-la mediante a quantidade de características comuns, e no decorrer dos estudos delimitaram a pesquisa como uma possível comprovação de uma nova síndrome, distinguindo-a assim do retardamento mental que anteriormente havia sido citado como mongolismo. O resultado da descrição clínica de John Langdon Down, médico inglês que, pela primeira vez, em 1866, identificou as características de uma criança com a síndrome (SCHWARTZMAN, 2003), e a partir disto a síndrome recebe um de seus sobrenomes, o nome Down.

Com o decorrer dos estudos em quase cem anos depois a descoberta da Síndrome de Down, a geneticista Jérôme Lejeune analisando-a descobriu uma distribuição incorreta de cromossomos, onde ocorre um erro inesperado na distribuição das células. “Esse excesso de material genético no cromossomo provocam as alterações que determinam as características do portador da Síndrome de Down” (COLL, 2004).

Onde a variação encontrada foi nos cromossomos, sendo vinte e três cromossomos do pai e vinte e três cromossomos da mãe, quando ocorre este incidente com as células, acaba que um entre eles acaba liberando 24 cromossomos e não 23 cromossomos no momento da fecundação. Logo os indivíduos que adquirem a síndrome obtêm ao invés de dois cromossomos no par 21 eles obtêm três cromossomos idênticos. Conhecida atualmente por Síndrome de Down ou Trissomia do 21. Hoje se sabe que é a Trissomia da parte distal do braço longo do cromossomo 21 (banda cromossômica 21q22), referente à 1/3 deste cromossomo, a responsável pela SD (PESSOTI, 1984; MORALES *et al.*, 2000).

Segundo Piato (2009).

Por síndrome entende-se o grupo de anomalias que ocorrem conjuntamente e cuja etiologia é comum a todas elas. P. ex., a trissomia do cromossomo 21, que provoca retardo mental, micrognatia, implantação baixa das orelhas etc., todas as alterações decorrentes da presença de três expressões do cromossomo 21. (PIATO, 2009, p. 58).

Existem estudos antropológicos que afirmam sobre a existência de um crânio mais antigo do mundo em meados do século VII, com características de um indivíduo com Síndrome de Down, que descrevem esculturas e pictografias por a cultura Olmec, onde os traços retratavam características da Síndrome de Down muito semelhantes com as atuais há quase 3.000 anos.

Entretanto alguns estudos apontam o achado mais antigo foi o que encontraram do resto de um esqueleto que seria de uma mulher em um cemitério a 5200 a.C (antes de Cristo) em Ilha de Santa Rosa, Califórnia, EUA. Que por estudos da face havia olhos afastados, face achatada, dentes e ossos pequenos, que são características semelhantes às de um indivíduo com Síndrome de Down. Logo após, representaram em barro o que na época se chamava de Ídolo, com as mesmas características e pode ser encontrada no Museu de Arqueologia Volos, na cidade de Tessália, na Grécia isto a 5000 a.C (antes de Cristo), que foi uma pequena escultura de um ídolo neolítico.

Há mais ou menos 1500 a.C (antes de Cristo) e 300 d.C (depois de Cristo) foi-se encontrado pequenas esculturas Olmecas – Mesoamérica. Onde estavam em uma região que atualmente se corresponde ao México, onde cita que os indivíduos com Síndrome de Down eram venerados. E ainda existem afirmações que, estes indivíduos eram resultados da cruz de uma mulher com um jaguar, que na época era a entidade mais alta.

Em cerca de 550 anos a. C (antes de Cristo), foi encontrado um crânio de 2550 anos, com aparência que se assemelha a Síndrome de Down, estudos apontam que era uma mulher de aproximadamente dezoito a vinte anos de idade, encontrada no cemitério de Tauberbischofsheim, no país da Alemanha.

Entre os anos de 400 a 800 anos d.C. (depois de Cristo), foi-se encontrada uma estatuária em Monte Albán, em um sítio arqueológico no México que a estudos que apontam que na época era apreciada como divindade antes que os Colombos chegassem as Américas. Era chamada de Deusa com Turbante de pérolas, sua boca entre aberta, olhos puxados eram semelhantes às características de indivíduos com Síndrome de Down.

E por fim em cerca de 500 anos d. C (depois de Cristo), encontrou-se uma escultura chamada de Estatueta de terracota, que melhor representa um indivíduo com Síndrome de Down na cidade de Tolteca, México. Escultura esta que havia rosto redondo, nariz achatado, boca entre aberta, língua para fora, e os olhos eram puxados que são características de indivíduos com a síndrome.

1.2 Principais Características

De acordo com o Ministério da Saúde (2012), o diagnóstico de uma pessoa com Síndrome de Down se dar por análises genéticas de Cariograma ou Cariótipo, assim analisando a quantidade de cromossomos presentes em uma célula. O ser humano no total obtém 46 cromossomos, sendo 23 cromossomos da mãe e 23 cromossomos do pai, a presença do cromossomo 21 extra em um destes cito geneticamente pode se apresentar de três maneiras: a Trissomia Simples, a Translocação e Mosaico.

Segundo o Ministério da Saúde 2012, no capítulo quatro discorre-se sobre as classificações para a Síndrome de Down. De acordo com o Código Internacional de Doenças o (CID-10), o mesmo foi recebido um código pelo Departamento da Saúde para padronizar e catalogar os problemas relacionados à saúde. E no livro do Ministério da Saúde em seu capítulo Q00 – Q99, se fala sobre malformações, deformidades e anomalias cromossômicas. A Síndrome de Down recebendo a partir disto o código Q-90 e suas delimitações. “Q 90.0 – Síndrome de Down, Trissomia do 21, por não disjunção meiótica, Q 90.1 – Síndrome de Down, Trissomia do 21, Mosaicismo por não disjunção mitótica, Q 90.2 – Síndrome de Down, Trissomia 21, translocação”.

Crianças com a Síndrome de Down ou a chamada Trissomia 21 costumam ser mais propícias a complicações com a saúde. Problemas estes já analisados desde o momento do nascimento, onde costumam ser feitos exames para um diagnóstico rápido e preciso, e se necessário já dar início nos tratamentos para que este indivíduo viva de forma saudável. As alterações musculares ou hipotonia são alterações comuns em maioria dos indivíduos com a síndrome.

A disfunção glândula tireoidiana é algo que 4% a 18% das pessoas com a síndrome apresentem, podendo ser pouco ou muito ativa. Esta glândula sendo responsável por todas as substâncias químicas e hormônios, que são transportados

através do sangue, estes hormônios ajudam a regular assim os níveis de energia de todo o corpo, em especial a tiroxina que tem influência no desenvolvimento físico e mental da criança. Este problema com a tireoide costuma ser por conta dos problemas autoimunes, onde o corpo passa a atacar a própria glândula afetando-a de forma que a célula não trabalhe como deveria. Onde pessoas com Síndrome de Down são mais vulneráveis a ter outras disfunções, diferentemente do restante da população, que sofrem com a diabetes e a chamada alopecia (queda de cabelo). São mais suscetíveis a certas alterações dermatológicas como as línguas fissuradas, manchas na pele, foliculite, alopecia areata, dermatite seborreica e vitiligo. Onde a imunidade fica prejudicada e estão mais vulneráveis a infecções cutâneas, por bactérias, fungos ou vírus.

Crianças com a síndrome costumam ter diferenças na contagem das células sanguíneas, obtendo grande chance de obterem leucemias, tanto a Leucemia Linfóide Aguda (LLA) quanto a Leucemia Mieloide Aguda (LMA), estão mais sujeitas a adquirirem diferentemente do restante da população. Além disto, existem anormalidades mais comuns como, policitemia ou eritrocitose onde existe o aumento dos glóbulos vermelhos, isto já podendo ser observado em recém-nascidos e existindo a possibilidade da existência de um defeito congênito no coração da criança. A Macrocitose também é algo comum em indivíduos com a síndrome, seria o alargamento dos glóbulos vermelhos e esta hematologia é comum em dois terços dos indivíduos com a síndrome.

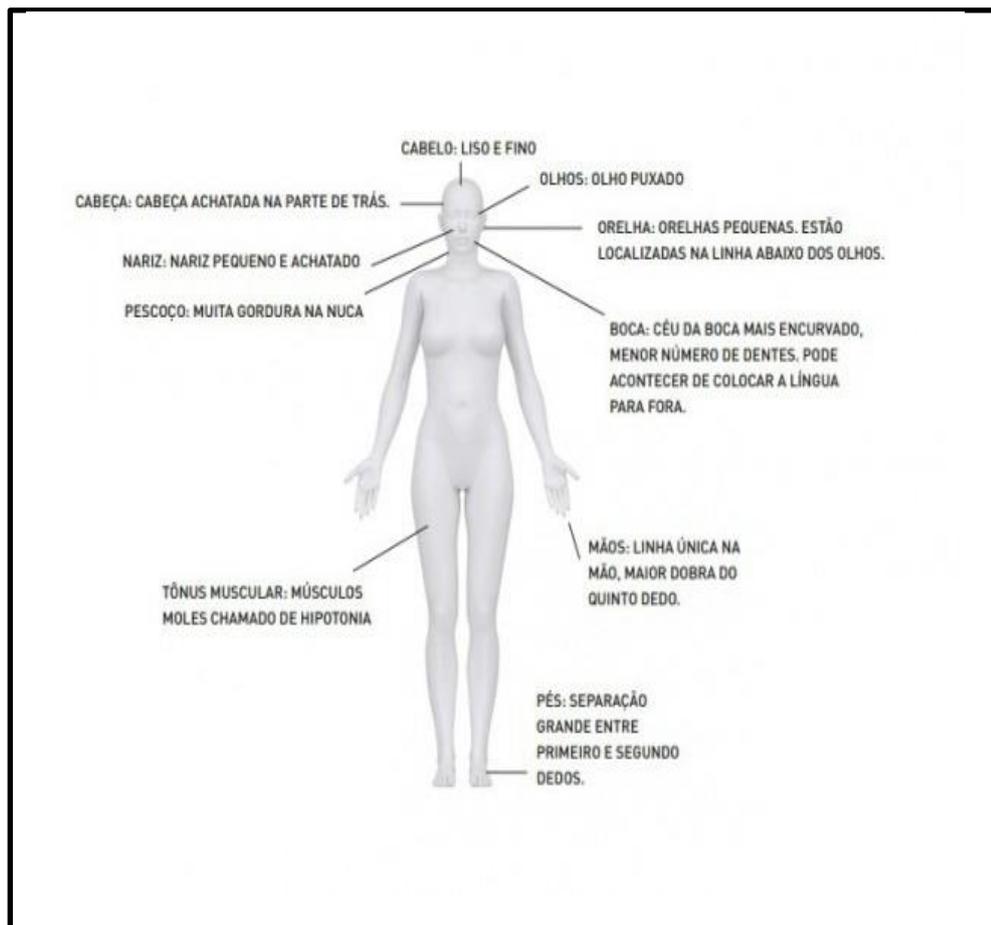
Diabetes em crianças com Síndrome de Down está presente em maioria dos casos, onde através da síndrome a possibilidade de se ter diabetes é quatro vezes maior que o restante da população. Onde existe a exequibilidade das crianças com a síndrome de conter diabetes tipo um, que seria quando o sistema imune investe contra e aniquila as células fabricantes de insulina no pâncreas. Todavia, também existe a probabilidade de obter a diabetes tipo dois, logo em sua vida adulta por conta de obesidade ou estilo de vida.

Os olhos costumam ser amendoados, e a dificuldade com a vista tende a ser mais comum, onde 20% das pessoas com a síndrome costumam ter estrabismo, mais isto é facilmente corrigido com o uso de óculos. Exames devem ser feitos desde o primeiro ano de vida para análises, e se for necessário algum procedimento fazer o diagnóstico mais rapidamente é essencial.

Cabelos costumam ser lisos e finos, na palma das mãos costumam ter uma linha única deixando assim maior a dobra do quinto dedo as mãos são menores, as orelhas são pequenas, na nuca costuma haver maior quantidade de gordura, o nariz com afeição pequena e achatada, cabeça achatada na parte de trás e na boca obtém menor quantidade de dentes, o céu de sua boca costuma ser encurvado, rosto arredondado, deficiência intelectual, língua grande e pesada e atraso no desenvolvimento motor.

Crianças com Síndrome de Down costumam ter baixa estatura, e um lento desenvolvimento físico, mental e intelectual obtendo diferenciações assim de crianças com o mesmo período de vida. Costumam ter mais facilidade em ter doenças no coração e complicações respiratórias.

Figura 1. Características da Síndrome de Down.



Segundo as Diretrizes de Atenção às Pessoas com Síndrome de Down do Ministério da Saúde, em média 75% das pessoas com a síndrome sofrem a perda da audição ao passar dos anos. E por a grande frequência de indivíduos com este

problema, se torna significativa que a audição do indivíduo seja testada com certa frequência, as crianças comuns podem ter estes problemas, porém as crianças com síndrome estão mais propícias e por isto a importância de exames feitos em recém-nascidos como também o acompanhamento regular.

A síndrome não é avaliada como doença, porém existem algumas dificuldades que um Down pode apresentar com mais constância que outra criança, como por exemplo, a má formação cardíaca e do intestino, baixa imunidade, apneia do sono, alterações da tireoide, dificuldade da visão e audição, (DOURMISHEV *et al.*, 2000), respiratórias e odontológicas. Todas estas doenças atingindo grande maioria dos indivíduos, onde desde o nascimento passa por observações para avaliar se será necessário algum procedimento cirúrgico ou tratamento com medicamentos. Os portadores da síndrome apresentam envelhecimento precoce e têm uma expectativa média de vida, de pelo menos, 60 ou 70 anos (BAIRD; SADOVICK, 1989).

Todavia a realidade desvendou o contrário, à capacidade de viver além de idades estipuladas por médicos e estudiosos. Onde nos Estados Unidos vive uma mulher considerada a mais velha com Síndrome de Down, que se chama Dollie Grissom, morando no estado de Oklahoma havendo setenta e quatro anos. E também o homem mais idoso Kenny Cridge que por a previsão médica viveria apenas doze anos de idade, pois no momento que nasceu com sua irmã gêmea os médicos confiaram que o mesmo estava morto e felizmente não estava, e completou setenta e sete anos, vivendo assim sessenta e cinco anos a mais que o médico havia estipulado quebrando assim o paradigma sobre a idade de um indivíduo com Síndrome de Down.

1.3 Diagnóstico de indivíduos com Síndrome de Down

De acordo com Varella (2014), durante a gestação, o ultrassom morfológico fetal para avaliar a translucência nugal pode preconizar a presença da síndrome, que só é confirmada pelos exames da amniocentese e amostra do viló corial. E após o nascimento é feita uma análise clínica para observar as características do bebê e constatar se o mesmo obtém ou não a Síndrome de Down.

Na Grécia antiga, pessoas com a síndrome eram abandonadas e afogadas, já os romanos à ordem era que fossem eliminados. Na Idade Média, na Europa

Medieval existiram casos onde as pessoas que obtinham tais características eram consideradas obras de bruxaria e para outros seres angelicais e santificados. Em países como Alemanha, Equador, Peru, México, Egito existem registros de vários povoados na extensa história onde divulgam que, possivelmente, houve pessoas com Síndrome de Down em diferentes continentes desde 5.200 anos a.C (antes de Cristo).

Na antiguidade, Oriundos da Mongólia tinham nariz achatado, olhos com um espaçamento maior e uma testa ampla, onde começaram a fazer comparações da Síndrome de Down com as pessoas nativas de Mongólia. “Por este motivo os portadores da doença eram muitas vezes cognominados como mongoloides pela sociedade da época” (SIQUEIRA *et al.*, 2006).

Atualmente existe uma maior facilidade em descobrir se o indivíduo obtém a Síndrome de Down desde o feto com o acompanhamento de pré-natal. “A assistência pré-natal tem um papel importante, não somente para os cuidados com a saúde das gestantes e seus bebês” (BRASIL, 2001). O diagnostico já é considerado muito mais preciso comparando-o com os realizados antigamente. Exames como (amniocentese, coleta de vilocorial, exame de sangue, ultrassom), são extremamente importantes em uma gestação, deixando assim a mãe ciente sobre todas as probabilidades de seu filho nascer ou não com a síndrome.

O reconhecimento do indivíduo que pode obter a Síndrome de Down no momento do parto também é muito comum, não existindo assim dificuldades em diferenciar estes bebês por as fortes características contidas no momento visual, podendo observar características próprias da Síndrome de Down, porém a confirmação deste incidente cromossômico vem a partir de exames laboratoriais.

1.4 Preconceito

Indivíduos com Síndrome de Down já sofreram um alto índice de preconceito onde foram chamados como: imbecilidade mongoloide, Chambers (1844 *apud* SCHWARTZMAN, 1999), onde referenciava as pessoas com Síndrome de Down como “idiotia do tipo mongoloide” e Edouard Seguin (entre 1846 e 1866). O termo mongolismo, que foi amplamente utilizado até 1961, termo este que foi excluído da Organização Mundial de Saúde em 1965 e do Index Medicus em 1975, por ser considerado ofensivo (COOLEY; GRAHAM, 1991; LIMA, 2002).

Existem estudos que apontam: “O preconceito afasta as crianças com SD de frequentar os parques, escolas, creches, lanchonetes, igrejas, restaurantes, transportes, entre outros” (SAAD, 2003). Pessoas com Síndrome de Down vivenciam preconceitos absurdos, por ignorância e desrespeito da própria sociedade aos direitos básicos de todos os indivíduos. E pessoas com a síndrome obtêm o mesmo direito que qualquer outro indivíduo da sociedade.

No Estatuto da pessoa com deficiência 2015, em seu capítulo terceiro é citado sobre o direito à igualdade e a Não-Discriminação.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015, p. 12).

Onde por lei a pessoa com deficiência tem o direito de obter as mesmas possibilidades de oportunidades que um sujeito sem a deficiência, quer seja no ramo educacional, sexual, eleitoral, quanto no ramo profissional. O indivíduo com a deficiência não sendo inferior em nenhum dos casos, e ganham assim os mesmos direitos. Carvalho (2015) diz: “Essas pessoas podem trabalhar com carteira assinada, votar, estudar, ter conta bancária, namorar, casar, ou seja, ter uma vida normal como qualquer outra pessoa”.

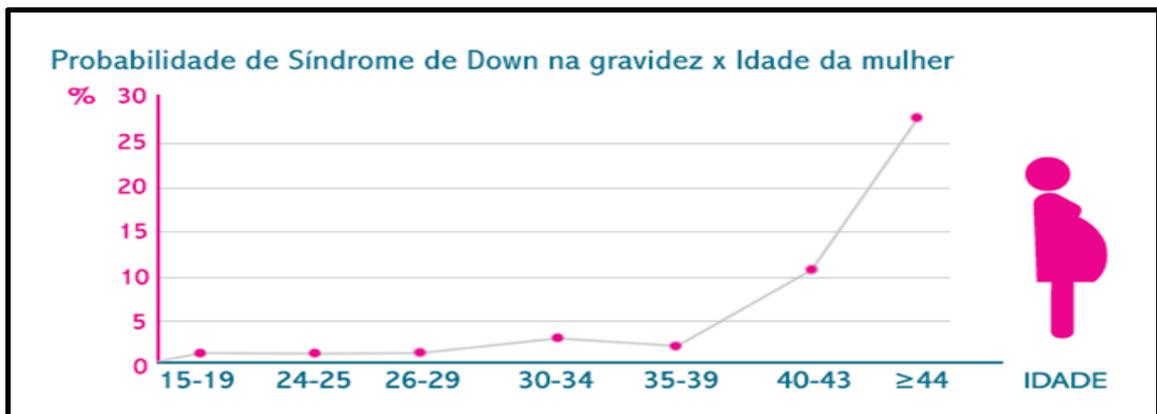
1.5 Incidentes relacionados à idade da gestante

A Síndrome de Down (SD) é a “alteração genética mais comum entre os seres humanos” (BOTÃO *et al.*, 2013, p. 2375). Está síndrome pode acontecer em qualquer família e não é culpa do pai ou da mãe do indivíduo em formação, pois, o que ocorre é um acidente cromossômico. O indivíduo com Síndrome de Down obtêm três cromossomos 21 que afeta todas as raças. “Então surgiu o termo Trissomia do 21, que é o resultado da não disjunção primária, que pode ocorrer em ambas às divisões meióticas e em ambos os pais”. (COLL, 2004). A aceitação deste caso não é fácil assim de primeira, porém se torna parte do cotidiano desta mãe que obtêm este filho com Síndrome de Down e com o tempo ela observa que só precisa

oferecer mais tempo ao seu filho e nota que ele é tão perfeito quanto qualquer outro bebê.

Estudos já realizados apontam que a idade da mãe influencia fortemente a vida de seu bebê obtendo assim a possibilidade grande ou pequena de desenvolver a síndrome. Estudos comprovaram que há uma relação diretamente proporcional entre o avanço da idade materna à probabilidade de erros genéticos durante a formação dos gametas e conseqüentemente durante o desenvolvimento embrionário, podendo resultar em alterações fisiológicas, malformações e abortos espontâneos. Segundo Pereira e Costa (1999), “acredita-se que as mulheres com idade mais avançadas têm mais chance de ter filhos com trissomia 21 devido ao envelhecimento dos óvulos à medida que também envelhecem”.

Figura 1. Probabilidade de Síndrome de Down na Gravidez x Idade da Mulher.



CAPÍTULO 2 – ATENDIMENTO DO DOWN NA ESCOLA

A importância do ensino inclusivo no Brasil aconteceu somente depois do ano de 1988, em seu capítulo III, em cima de sua primeira sessão é imposto à educação como direito a todos, sem diferenciar nenhum público da sociedade. Onde foi criado o artigo 208 III p. 436, da Constituição Brasileira que fala da integração do deficiente à escola em ensino regular.

Em seu Art. 208 no que se refere à educação como dever do Estado de acordo com a garantia (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009), em seu parágrafo terceiro quanto o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência dando prioridade ao direito sobre serem educados preferivelmente em escolas de ensino regular. Revelando assim, a responsabilidade que o Estado obtém sobre a educação, pois, além do oferecimento da educação em ensino regular, revela o direito do público que necessita do atendimento educacional especializado como direito.

A constituição contribui para que muito da educação aconteça, de modo que, em seu Art. 205 diz: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". E o atendimento da educação especializada obtendo os mesmos direitos que os demais da sociedade, por a mesma influencia que fará na sociedade.

A educação inclusiva ganhou importância na agenda do governo federal em 2008, depois que o Brasil assina a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Deve ser garantida às crianças com necessidades educativas especiais uma educação efetiva em que elas recebam atendimento de acordo com suas especificidades (MENDES, 2002).

E para acompanhar este processo, a Constituição de 1988 apresentou o legado que impõe por Lei a obrigatoriedade de um Plano de Educação. No início foram criadas 295 Leis, com intuito de sanar as dificuldades da educação em relação às necessidades educacionais especiais. A partir de análises, foi-se realizado o aprimoramento destas leis e foram resumidas em vinte metas para a educação a qual foi o mais importante documento público criado para o avanço da educação. Estas vinte Leis foram aprovadas em 2014 e foi nomeado como Plano

Nacional de Educação (PNE), onde estabelece diretrizes para o direcionamento e melhoria da educação no país.

No Plano Nacional de Educação (PNE), a educação inclusiva é citada em sua meta quarta, onde diz:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2018).

Mediante as necessidades de inclusão no país, foi se constituída a Lei Brasileira nº13.146/2015 no governo da Presidenta Dilma Rousseff, onde descreve sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência e cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em seu art. 1º demonstrando seu principal intuito sobre a Lei, que era “[...] destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (BRASIL, p. 8, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu art. 2º aponta sobre a quem pertence à responsabilidade da educação, onde ela distingue que, primeiramente é dever da família e depois do Estado. Onde o principal desígnio é fazer com que o indivíduo possa se desenvolver através da educação, “[...] seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 2018).

O autor Diogo (1998), vem explicando com clareza a influência da participação da família na educação de seus filhos:

A família, espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerada o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo, no qual se “criam” e “educam” as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma existência própria. Lugar em que as pessoas se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres. A família revela-se, portanto, um espaço privilegiado de construção social da realidade em que, através das relações entre os seus membros, os factos do quotidiano individual recebem o seu significado. (DIOGO, 1998, p. 37).

Esta influencia existente quando trata-se de um aluno com necessidades especiais, por exemplo, os que contêm a Síndrome de Down, onde os familiares em contato com a escola tornam o ensino mais relevante, pois, quando cada um assume as suas responsabilidades e se unem, tendem a atingirem com mais facilidade a educação de qualidade, que o aluno especial tem o direito de receber conforme imposto por a Lei de diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB).

O atendimento às pessoas com Síndrome de Down nas escolas é também um direito garantido por o Estatuto da pessoa com deficiência, onde se torna garantido por o Sistema de Educação Inclusivo onde o indivíduo com deficiência obtém o direito de Educação em todos os seus níveis e também no prazo de toda a sua vida, desde o Ensino Infantil até o Ensino Superior, havendo a equidade de concorrência com as demais pessoas.

O Estatuto da pessoa com deficiência em seu Capítulo IV, fala sobre o Direito à Educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015, p. 19).

Sempre se presa a respeito do oferecimento de uma educação de qualidade, de modo com que a união da família, Estado, sociedade e comunidade sejam uma ponte que garanta e influência para que esta educação de excelência aconteça.

Na LDB 9.394/1996 no art. 58 presente no Estatuto da pessoa com deficiência, à educação especial se tornou um padrão de ensino, onde é oferecido preferencialmente em ensino regular para alunos com deficiências, transtornos, altas habilidades ou superdotação, estes alunos obtendo por direito apoio ou serviço especializado em turma, onde a prioridade é atender este aluno de modo inclusivo preferivelmente em ensino regular.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa implica no contexto real a ser estudado, de modo que o pesquisador não faça julgamentos, nem imposições a respeito do que será estudado. “Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa”. (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Minayo (2001) descreve um pouco sobre pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com níveis de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001. p. 21-22).

Analisando a ideia central a ser estudada que é o Ensino Especial para alunos com Síndrome de Down. Serão concretizadas análises sobre o tema Síndrome de Down em livros, artigos relacionados ao tema, como também na escola campo. O Modo de pesquisa qualitativo de acordo com Minayo (2010 *apud* MARTINS; RAMOS, 2013, p. 10), “busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado”.

Quando se fala de estudo de caso Yin (2005, p. 20) representa muito bem, quando diz: “estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com conhecimentos que temos [...] além de outros fenômenos relacionados”. Assim como, “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos conhecimentos da vida real”.

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas que é considerado o método mais flexível para absorver as informações necessárias e possibilita o imprevisto para fazer perguntas abertas e descobrir tudo o que se tem interesse com o público escolhido. A pesquisa será sobre o objeto de estudo de modo objetivo e subjetivo, aplicado na Secretaria Municipal de Ensino da Cidade de Luziânia – Goiás, para o

entendimento de como funciona o ensino direcionado as escolas, e os métodos utilizados para atendimento e acompanhamento destes alunos.

Para Gerhardt (*et al.* 2009, p. 74). Em relação à entrevista semi-estruturada:

O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 74).

Todavia será realizada pesquisa semi-estruturada que se baseia em um diálogo com determinado indivíduo, de maneira que siga um roteiro predefinido, utilizado para adquirir informações necessárias, porém os questionamentos são lançados gradativamente em meio a um diálogo informal. “Em se tratando da entrevista semi-estruturada, atenção tem sido dada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado” (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI, 2003).

O autor Triviños (1987) ainda descreve sobre a importância da pesquisa semi-estruturada:

[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

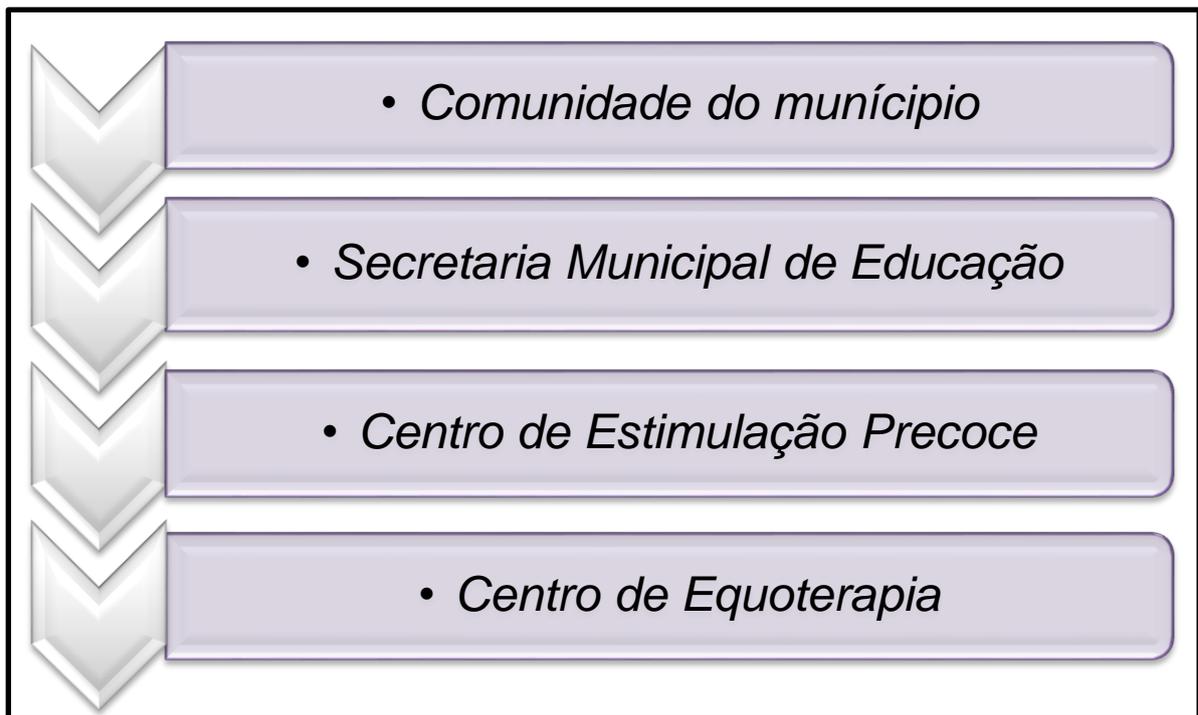
Entretanto a pesquisa qualitativa semi-estruturada foi escolhida para entender como acontece o processo educacional nas escolas do Município de Luziânia- GO, quando há um aluno com Síndrome de Down, e observar o papel do professor como mediador deste ensino especial, e analisar se acontece conforme imposto em Lei.

CAPÍTULO 4

4.1 Campo de Pesquisa

A rede municipal de ensino da cidade de Luziânia - GO, conta com cinquenta e oito escolas, sendo dezesseis escolas de educação infantil, quarenta e uma de ensino fundamental e uma escola de ensino especial. Possui ainda um centro de estimulação precoce que atende crianças de seis meses a três anos e onze meses, com estimulação pedagógica e fisioterápica e também um Centro de Equoterapia para crianças matriculadas na rede. Informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade.

Figura 2. Processo de atendimento educacional do município.



O atendimento educacional especializado para alunos com Síndrome de Down no município funciona da seguinte maneira: o pai e/ou responsável pelo aluno, no ato da matrícula disponibiliza a documentação para construção da ficha de matrícula e a própria secretária da escola no ato de preenchimento questiona se o aluno é prematuro, laudado, deficiente ou se obtém algum tipo de dificuldade; o pai e/ou responsável respondendo que sim em qualquer uma das alternativas, é

imediatamente preenchida de modo online chamada, “oriundos de comunidade”, que seria o encaminhamento direto da escola para à rede municipal de ensino da cidade, com sua equipe de atendimento educacional especializado; que é composta por psicólogo, psicopedagogo, fisioterapeuta e coordenadora pedagógica. Equipe esta conhecida como equipe de avaliação.

Figura 3. Comunidade, escola, Secretaria Municipal de Educação.



Todas as escolas do município fazem o processo de encaminhamento destes alunos para a Secretaria Municipal de Educação de Luziânia-GO. Os alunos passando por lista de espera e quando chega à vez de seu atendimento a própria Secretaria Municipal de Luziânia-GO faz o contato com a família do aluno, agendando dia e horário para atendimento e explicando a importância da presença na reunião com a equipe que é chamada “equipe de avaliação”.

Quando o pai e/ou responsável leva seu filho pela primeira vez, o atendimento inicia-se com uma entrevista denominada Anamnese, onde se realiza questionamentos em uma conversa informal e tudo é analisado, em seguida colocado em pauta. Posteriormente a entrevista, já é agendada a segunda visita à Secretaria Municipal de Educação de Luziânia-GO, para que seja realizado o estudo de caso com o aluno junto a Equipe de avaliação, neste momento o pai e/ou responsável não entra na sala, fica apenas o aluno e a equipe especializada pelo município realizando o atendimento.

A Equipe de avaliação é composta por psicólogo, psicopedagogo, fisioterapeuta, coordenadora pedagógica. Onde o estudo de caso contribui fortemente na avaliação, onde “o propósito de um estudo de caso é reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno” (PATTON, 2002).

Como refere Yin (1993) sobre estudo de caso:

A orientação inicial do estudo de caso aponta para múltiplas fontes de evidência. A avaliação o estudo de caso por, assim, incluir o uso de análise de documentos, de entrevistas abertas e fechadas, análise quantitativa de dados registrados, e observações de campo diretas. (YIN, 1993, p. 67).

Posteriormente ao estudo de caso, verifica-se o grau de desenvolvimento do aluno com avaliação realizada por meio do Inventário Operacionalizado Portage (WILLIAMS; AIELLO, 2001). Documento este utilizado para entender o grau de desenvolvimento do aluno e detectar possíveis atrasos, documento utilizado para atendimento de alunos de 0 a 6 anos. Com este documento é possível analisar a cinco áreas de desenvolvimento que abrangem o Portage (WILLIAMS; AIELLO, 2001), são elas: socialização, cognição, linguagem, autocuidados e desenvolvimento motor.

A Equipe de avaliação utiliza o Estudo de caso e Portage como base de seu atendimento. Sendo presumível o oferecimento de um diagnóstico definitivo, e o alcance de medidas necessárias para que o aluno receba um atendimento educacional especializado baseando-se em suas necessidades. Posteriormente a avaliação, realiza-se uma reunião com os pais e/ou responsáveis como maneira de demonstração dos resultados, que também são aconselhados a transferir o aluno à escola que melhor atenda suas necessidades educacionais especiais quando for necessário. O encaminhamento à estimulação precoce, Centro de Equoterapia e adequação de conteúdos acontece quando se acrescenta de modo relevante ao desenvolvimento do aluno.

A Secretaria repassa os resultados, porém, as decisões são tomadas junto à família do aluno, o responsável estando livre para apropriar-se da decisão, não sendo pressionado a qualquer atitude, apenas sendo direcionado ao que é melhor para o aluno. Todavia, se o responsável não aceitar as indicações, o mesmo assina um termo a qual abre mão do atendimento que lhe foi indicado pela equipe de avaliação da Secretaria Municipal de Educação e este documento fica arquivado na mesma a resguardando de qualquer problema futuro.

Entretanto os pais e/ou responsáveis que não aceitam esta indicação em quase 90% das ocasiões voltam em busca do atendimento que anteriormente havia sido recusado, por reconhecer que as indicações eram necessárias, sendo possível uma nova avaliação e possível encaminhamento se o aluno ainda estiver

matriculado no município, porém, na maioria das vezes o aluno sofre com isto, pois se perdeu tempo no oferecimento do atendimento especializado.

Os autores Marcon e Negrelli (2006), falam sobre as dificuldades da aceitação da família e o reflexo disto na vida do aluno quando diz:

A família enfrenta muitas dificuldades para aceitar a deficiência. É uma descoberta traumática e confusa, em que a mesma busca justificativas sobre por que serem eles os escolhidos. Não raramente negam o fato, ou seja, recusam-se a ver e admitir a deficiência do filho, buscando, na maioria das vezes, um atendimento tardio, o que pode prejudicar o desenvolvimento da criança e de suas habilidades. (MARCON; NEGRELLI, 2006, p. 99).

A facilidade em conseguir o atendimento especializado é notória e de extrema organização, onde o processo família escola é muito importante e contribui com o desenvolvimento do ensino aprendizagem trabalhado no âmbito escolar, pois, a parceria realizada entre comunidade e escola é capaz de somar fortemente na aprendizagem do aluno, cooperando assim para com o processo de uma educação de qualidade.

Os autores Spodek e Saracho (1998), falam sobre a importância do envolvimento dos pais na educação, quando diz:

O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal [...] Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e as aprendizagens na escola e em casa possam se complementares mutuamente. (SPODEK; SARACHO, 1998, p. 167).

Existem três escolas com maior quantitativo de alunos com Síndrome de Down e necessidades educativas educacionais especiais no município, são elas: Escola Municipal de Educação Especial Eugenia Campos Coelho, Escola Municipal Setor Norte Maravilha - Professor Belim e no Centro de Estimulação Precoce. Todas estas escolas contêm profissionais de educação capacitados e com experiência na área de inclusão. Os alunos com maior grau de dificuldade ou deficiência são encaminhados também para o atendimento no Centro Municipal de Equoterapia José Tadeu da Silveira.

A Escola Municipal de Educação Especial Eugenia Campos Coelho é considerada a escola referência do município, pelo quadro de profissionais educacionais que a compõem e pela importância da capacitação e experiência dos

profissionais, especialmente com alunos deficientes. Na rede se obtém três escolas especializadas com o atendimento educacional especial, porém, à Escola Municipal de Educação Especial Eugenia Campos Coelho onde é encaminhada os alunos com maior comprometimento da rede, onde a escola possui seis salas de ensino regular, dezesseis salas para atendimento educacional especial, onde as turmas são separadas por deficiências e o quantitativo de alunos é reduzido. O quantitativo por sala fica em uma média de oito a dez alunos, se o nível de empenho da turma cair por conta de algum aluno que necessite de uma atenção redobrada, o quantitativo da turma pode cair para até quatro a três alunos. Os alunos são encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação de Luziânia-GO após passarem pela chamada Divisão de Atendimento as Necessidades Educacionais Especiais e a mesma disponibiliza transporte para todos os alunos no município que a frequentam.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), atualizada em junho de 2018, em seu art. 58. Onde fala um pouco sobre o atendimento educacional especializado, quando diz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2018).

A maioria do público atendido que obtém deficiência ou necessidade educativa especial entende que a Lei impõe como obrigatoriedade o ensino especial em ensino regular, entendendo como errado quando as escolas separam os alunos em turmas distintas e oferecem o atendimento especializado em turmas reduzidas e não em ensino regular. Onde enxergam essa separação de alunos como exclusão e não é isso que acontece, pois os mesmos também seguem conteúdos e participam de todos os projetos que ocorrerem na escola, só são separados para seguirem a ordem de conteúdos a qual a própria Secretaria Municipal de Educação encaminha, após avaliação com a equipe especializada.

Onde a LDB em seu art. 58 deixa claro que o atendimento educacional especial deve ser oferecido “preferencialmente” e não “obrigatoriamente” em ensino regular, os órgãos educacionais ofertando o atendimento educacional especializado de acordo com as necessidades do aluno. Seja ele em ensino regular com profissional de apoio ou em turmas com atendimento especializado e número de

alunos reduzido. A LDB (2018) prevê atendimento educacional especializado em locais específicos, quando diz:

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 2018).

Na Secretaria Municipal de Educação de Luziânia-GO assinala que alunos com Síndrome de Down desenvolvem-se de melhor maneira em ensino escolar com número de alunos em sala de aula reduzido. E deixam claro, que por a turma ser reduzida não significa que esteja ocorrendo à exclusão do aluno, pois o mesmo obtém atividades como as demais da escola, porém, de maneira adaptada e a inclusão acontece no momento de recreios, atividades ou projetos que são desenvolvidos com toda a escola e em grande maioria das vezes utilizando os mesmos para elaboração deles.

Anteriormente em todo o município era reservado um dia segundo o calendário para se comemorar e explicar um pouco mais detalhadamente sobre o dia de cada deficiência e o porquê de ser um dia especial. Onde eram elaboradas oficinas e brincadeiras de forma lúdica ensinando sobre as deficiências, porém, as escolas se organizavam e costumavam falar apenas sobre a deficiência que se obtinha na escola.

Hoje este processo mudou diferentemente de data de calendário e se obtém ou não aluno com necessidades educacionais especiais na escola, à Secretaria municipal de educação da cidade agenda um dia no Centro de Convenções, que fica localizada no centro da Cidade, onde é disponibilizado transporte para todos os alunos e escolas da rede. O evento foi criado e denominado “Encontro das diversidades”, onde os alunos da rede observam as crianças com necessidades especiais com outro olhar, de modo que, os alunos com necessidades educativas especiais se destacam e que fazem o evento brilhar, olhando-os com potencial tão grande quanto o de qualquer outro aluno da escola, não obtendo discriminação ou preconceito. Onde unem alunos com variadas deficiências e cada escola prepara o que será apresentado, esta conferência é realizada no palco do evento juntamente com alunos com deficiências, onde todas as escolas do município estão presentes olhando e festejando a apresentação de cada aluno.

Este evento ocorreu pela primeira vez no mês de setembro de 2019 em substituição a eventos anteriores denominados, “Festival de Talentos Especiais” e foi fantástico, uniu as escolas em um ambiente não escolar para falar de um assunto muito presente no convívio da escola e às vezes até familiar dos alunos. De maneira que ensinou sobre outras deficiências demonstrando uma maneira de incluir este aluno deficiente e fazer com que o público enxergasse o potencial destes alunos.

4.2 Estimulação Precoce

A estimulação precoce é um programa de atendimento direcionado ao desenvolvimento de crianças especiais que é considerado “[...] um conjunto de serviços, apoios e recursos que são necessários para responder tanto às necessidades de cada criança quanto às necessidades de suas famílias, sempre visando à promoção do desenvolvimento infantil” (DUNST; BRUDER, 2002 *apud* SOEJIMA; BOLSANELLO, 2012, p. 66), cooperando para o avanço significativo na área cognitiva, física, de linguagem e motora. Este atendimento tornando-se de maior aproveitamento quando se inicia desde o nascimento da criança e é oferecido a crianças entre idades de zero a três anos.

Segundo GORETTI (2012), as primeiras leis de estimulação precoce surgem em meados de 1997 depois da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) como princípio norteador para a educação inclusiva, onde após a avaliação é realizada uma identificação precoce e o público alvo é o da Educação Especial.

O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de seis anos deveriam ser desenvolvidos e/ou reorientados no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização. Tais programas possuem um grande valor econômico para o indivíduo, a família e a sociedade na prevenção do agravamento de condições que inabilitam a criança. Programas neste nível deveriam reconhecer o princípio da inclusão e ser desenvolvidos de uma maneira abrangente, através da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil. (UNESCO, 1994, p. 51).

A Equipe de Avaliação localiza-se na Secretaria Municipal de Educação de Luziânia- GO situa-se no centro da cidade em fácil local de acesso. A equipe classifica o processo de estimulação precoce como essencial para o desenvolvimento de alunos deficientes, prematuros, com síndrome e retardo de

linguagem e atende crianças com idade até três anos e onze meses. É realizado o encaminhamento da maioria das crianças do município para este atendimento, pois o Centro é considerado referência em toda a cidade e contribui de maneira significativa para o desenvolvimento das crianças com atendimento especializado com profissionais capacitados.

A Síndrome de Down obtém uma característica peculiar dela, os indivíduos que a obtém são hipotônicos e o primeiro atendimento oferecido após passar por a Equipe de Avaliação seria o encaminhamento ao Centro de estimulação precoce para o aluno consiga se desenvolver de maneira cognitiva, física, de linguagem e motora. O aluno com a Síndrome de Down obtém potencial desmedido de desenvolvimento, porém o tempo para que o mesmo consiga atingi-lo requer estímulo para aprimoração de suas habilidades.

4.3 Importância da Equoterapia

A Equoterapia é um processo interdisciplinar que une educação, equitação e saúde utilizando como meio de procedimento o cavalo, onde as uniões das mesmas somam fortemente para o desenvolvimento do aluno.

É um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA, 2004).

A equoterapia é reconhecida por o Conselho Federal de Medicina - CFM desde seis de abril de mil novecentos e noventa e sete, pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO desde vinte e sete de março de dois mil e oito, e também pela Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF.

A criança com Síndrome de Down desenvolve-se como as demais, porém em uma velocidade reduzida, obtendo seu próprio tempo de desenvolvimento, tempo este considerado diferente comparando-os com o restante das crianças. Onde a maioria contém hipotonia global e necessitam deste auxílio para seu desenvolvimento significativo por trabalhar com estímulos na mente e no corpo. Os atendimentos duram em média trinta minutos e ocorrem em maioria das vezes apenas uma vez por semana com cada paciente.

No momento do atendimento fica presente com o aluno o veterinário, o psicopedagogo, o psicólogo e o fisioterapeuta. Entende-se, segundo Uzum (2005 p. 10), que equoterapia é “um tratamento de reeducação e reabilitação motora e mental, por meio da prática de atividades equestres e técnicas de equitação”.

A equoterapia não se limita apenas a atendimentos para pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. Dotti (2005, p. 108) informa que:

Os programas de equoterapia têm formatos para deficiências e problemas de desenvolvimento dos mais diversos tipos de comprometimentos, como paralisia cerebral, problemas neurológicos, ortopédicos, posturais, comprometimentos mentais, como a Síndrome de Down, comprometimentos sociais, tais como: distúrbios de comportamento, autismo, esquizofrenia, psicoses, comprometimentos emocionais, deficiência visual, deficiência auditiva, problemas escolares, tais como: distúrbios de atenção, percepção, fala, linguagem hiperatividade, e pessoas “saudáveis” que tenham problemas de postura, insônia e stress.

Entretanto o atendimento prestado pelo município não é realizado em crianças que obtenham idade inferior a quatro anos de idade, onde passam a receber o atendimento apenas quando completam os cinco anos de idade completos.

Figura 4. Equoterapia para alunos com Síndrome de Down.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento a pessoas com Síndrome de Down na Secretaria Municipal de Educação é extremamente organizado, desde o momento em que o pai e/ou responsável escolhe realizar a matrícula em uma escola do município até o momento de encaminhamento, onde junto com a equipe de avaliação acontece a Anamnese, estudo de caso e é trabalhado tudo em prol do oferecimento do atendimento de qualidade de acordo com a necessidade particular do aluno.

Não existe dificuldade em atender o público que obtêm Síndrome de Down no município, desde que a família direcione seu filho as escolas que lhe foi orientado, onde as indicações sempre são as escolas que obtêm os profissionais capacitados que somem de modo significativo para o conhecimento dos alunos. Que é reflexo de um atendimento especializado desde o regente de turma até o encaminhamento ao Centro de Estimulação Precoce e Centro Municipal de Equoterapia José Tadeu da Silveira.

O professor regente de turma no ensino fundamental pode ofertar o ensino em classe regular com inclusão parcial na própria escola e o apoio de psicopedagogos é realizado na Secretaria Municipal de Educação. Em relação aos profissionais de apoio, são disponibilizados caso o aluno receba atendimento em ensino regular com inclusão parcial, de acordo com a disponibilidade do município. Pois se houver necessidade de um atendimento específico ou adequado, à própria Secretaria faz a indicação, que demonstra sempre o melhor a ser trabalhado para o desenvolvimento do aluno e o pai e/ou responsável estando livre para apropriar-se da decisão.

Os professores de apoio são disponibilizados apenas aos alunos com necessidades educativas especiais que estejam presentes em ensino regular com inclusão parcial, que vivem a lamentável realidade de apenas receberem os professores de apoio que necessitam quando a Prefeitura do município libera editais, que ao invés de contratarem profissionais especializados, liberam editais de estágio para alunos de diversas licenciaturas, entre o 3º e 7º semestre de graduação.

As dificuldades vivenciadas neste processo da educação seria a demora na contratação e cortes dos editais em processo, que são reflexo da influência direta da Prefeitura do município de Luziânia, que é uma realidade atual da cidade, pois as

atitudes da prefeitura repercutem aos alunos com Síndrome de Down que necessitam deste professor de apoio quando estão em outras escolas, sem ser as quais são direcionadas pela Secretaria de Educação, e estes alunos acabam sofrendo as consequências quando ficam apenas com o professor regente, pois precisam de um atendimento especializado e sofrem enquanto a Prefeitura não realiza as contratações necessárias.

O ensino inclusivo é muito bonito e o profissional que escolhe essa área da educação tem que gostar do que faz, pois ele vai participar de pequenos avanços que no futuro irão contribuir para o desenvolvimento daquele aluno que obtinha dificuldades particulares e que por meio do atendimento realizado com ele foi-se resolvido e o aluno atingiu o avanço esperado. A equipe de avaliação do município é extremamente organizada e o gosto com que é realizado o serviço é de encantar qualquer um, onde não diferenciam nenhum tipo de aluno e atendem todos igualmente, onde vibram por “pequenos” avanços que contribuem fortemente com a vida do aluno. Este atendimento especializado oferecido no município não se torna inferior por ser público, sendo direito de todos os que são matriculados na rede e a qualidade no oferecimento é impressionante.

Entretanto o intuito da pesquisa foi descobrir como acontecia o processo de inclusão no município, demonstrando um pouco da história, preconceitos e características dos indivíduos com Síndrome de Down. Dessa maneira desmistificasse o preconceito ainda encontrado muitas vezes até pela família que tem um filho com necessidades especiais. Pois em maioria das vezes, o preconceito está dentro do próprio lar do indivíduo, os familiares não reconhecem as necessidades particulares de seu filho e devem entender que ele necessita de um atendimento diferenciado não por ele ser inferior, mais sim porque seu desenvolvimento acontece em um tempo singular dele e o atendimento especializado contribui fortemente para seu desenvolvimento.

O potencial do indivíduo com Síndrome de Down é desmedido e o atendimento especializado soma consideravelmente com seu desenvolvimento. E assim, como qualquer indivíduo, pode sim concluir seu ensino em escola pública, fazer a faculdade de seu sonho, passar em um concurso, trabalhar de carteira assinada, namorar, conquistar uma casa, carro e ter filhos nada impede que uma pessoa com Síndrome de Down conquiste seus sonhos.

REFERÊNCIAS

- ABATTI, G. **A importância da família na escola**. [Documento eletrônico]. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-familia-na-escola.htm>. Acesso em: 19 set. 2019.
- ALMEIDA, M. A. **A criança deficiente e a aceitação da família**. Rio de Janeiro: Nova Era 1993.
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. **Jornal da APABB**, São Paulo, n. 27 set./out.1999.
- BRANDÃO, M. Tudo o que você precisa saber sobre Síndrome de Down. *In: Bebê*, 21 mar. 2017. Disponível em: <https://bebe.abril.com.br/saude/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-sindrome-de-down/>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- BRASIL. Departamento de Informática do SUS. **CID 10**. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/sistemaseaplicativos/cadastrros-nacionais/cid-10>. Acesso em: 15 set. 2019.
- BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Lei nº 13.146/2015.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2. Ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Lei no 9.394/1996. Lei no 4.024/1961.
- BRASIL. Ministério da saúde. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down/ Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 60 p. II. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
- CAMILA, M. V. S. **A criança portadora de necessidades educativas especiais e a sua inclusão na escola regular**. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2014. Disponível em: <http://elianepedagogia2012.blogspot.com/>. Acesso em: 16 mai. 2019.
- COOLEY, W. C.; GRAHAM J. M. Common syndromes and management issues for primary care physicians. Down syndrome. An update and review for primary pediatrician. **Clin Pediatr**, v. 30, n. 4, p. 233-253, 1991.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha, 1994.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Pessoa mais velha do mundo com Síndrome de Down completa 77 anos**. Disponível em: <http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/pessoa-mais-velha-do-mundo-com-sindrome-de-down-completa-77-anos/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

DIOGO, J. M. L. **Parceria Escola-Família**. A caminho de uma educação participada. Coleção Escola e Saberes, vol.15. Porto: Porto Editora, 1998.

FRAZÃO, A. **O que é a Síndrome de Down, causas e características**. [Documento eletrônico]. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/sindrome-de-down/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONCALVES, C. D. B. **Educação inclusiva**: uma análise dos desafios enfrentados pelos professores da rede municipal de São José de Piranhas – PB. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2018.

HADDAD, S. A educação como direito humano. *In*: GRACIANO, M. (Org.). **Educação também é direito humano**. São Paulo: Ação Educativa; PIDHDD, 2005.

KHATER, E.; SOUZA, K. C. DIVERSIDADE X INCLUSÃO: Conceito, teoria e prática na educação infantil. **Revista Educação em Foco**, n. 10, p. 29-38, 2018. Disponível em: http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas. Acesso em: 22 out. 2018.

LIMA, M. R. **Síndrome de Down**. Doenças humanas cromossômicas. [Documento eletrônico]. Disponível em: <http://www.ufv.br/dbq/BIO240/DC04.htm>. Acesso em: 4 jul. 2006.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

LUÍSA, A. B. P. **A relação entre escola e família - as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Escola superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MORALES, P. M. L.; PÉREZ, R. L.; VIDRIO, G. P.; YÁÑEZ, A. B.; ECHAURI, L. V. Reseña histórica del Síndrome de Down. **Revista ADM**, v. 57, n. 5, p. 193-199, sep./out. 2000.

MOVIMENTO DOWN. **Alterações dermatológicas**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Alter%C3%A7%C3%B5es-dermatol%C3%B3gicas-jun15-2.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MOVIMENTO DOWN. **Alterações no sangue**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp->

[content/uploads/2015/06/Altera%C3%A7%C3%B5es-no-sangue-jun2015.pdf](http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Altera%C3%A7%C3%B5es-no-sangue-jun2015.pdf). Acesso em: 05 mai. 2019.

MOVIMENTO DOWN. **Alterações ortopédicas**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Instabilidade-no-pesco%C3%A7o-jun15.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MOVIMENTO DOWN. **Diabetes**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Caderno-de-Diabetes-jun215.pdf>. Acesso: 05 mai. 2019.

MOVIMENTO DOWN. **Disfunções da tireoide**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Caderno-de-Tireoide-jun15-IMPRESS%C3%83O.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MOVIMENTO DOWN. **Problemas cardíacos**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Problemas-Card%C3%ADacos-jun15-IMPRESS%C3%83O-2.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MOVIMENTO DOWN. **Problemas de audição**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Problemas-de-Audi%C3%A7%C3%A3o-jun15.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MOVIMENTO DOWN. **Problemas de visão**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Vis%C3%A3o-jun15-IMPRESS%C3%83O.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MOVIMENTO DOWN. **Problemas do sono**. [Documento eletrônico]. Rio de Janeiro, 2015. Disponível: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Problemas-do-Sono-jun15.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

NASSIF, L. O plano de educação mais importante da história do Brasil. *In: Jornal GGN*, 24 de abril de 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/educacao/o-mais-importante-programa-da-historia-da-educacao-brasileira/>. Acesso em: 16 out. 2019.

PATRICIA, A. Síndrome de Down na História – Parte 01. *In: Movimento Down*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down-na-historia-parte-01/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

PATRICIA, A. Síndrome de Down na História – Parte 02. *In: Movimento Down*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down-na-historia-parte-02/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

PATRICIA, A. Síndrome de Down na História – Parte 03. *In: Movimento Down*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down-na-historia-parte-03/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

PEREIRA, J. C. S. **A importância da estimulação precoce no desenvolvimento da criança surda**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia Bilíngue) – Instituto Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2018.

PESQUISA QUALITATIVA. *In: Significados* (www.significados.com.br); Disponível em: <https://www.significados.com.br/pesquisa-qualitativa/>. Acesso em: 14 mai. 2019.

POKER, R. B. *et al.* **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

PRÓ-CRIAR. **Aconselhamento Genético**. Disponível em: <https://www.procriar.com.br/aconselhamento-genetico>. Acesso em: 16 out. 2019.

SANTOS, V. S. Síndrome de Down. **Brasil Escola**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/doencas/sindrome-de-down.htm>. Acesso em: 21 mar. 2019.

SASSARKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2. ed Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMAN, J. S. *et al.* **Síndrome de down**. 2 ed. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003. 324p.

SILVA NETO, A. O. *et al.* **Educação inclusiva: uma escola para todos**. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 28 set. 2018.

SÍNDROME DE DOWN – Equoterapia. **Blog Ser Down Especial**. Disponível em: <http://serespecialdown.blogspot.com/2012/08/sindrome-de-down-equoterapia.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

SÍNDROME DE DOWN: Características. *In: Movimento Down*. Disponível em: <https://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/caracteristicas/>. Acesso em 22 de março de 2019.

TEIXEIRA, N. F. Metodologias de pesquisa em educação: possibilidades e adequações. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 2, ago. 2015. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/955/943>. Acesso em: 16 out. 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Genebra: UNESCO, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO

1. Como funciona o atendimento educacional especializado para alunos com Síndrome de Down no município?

2. Qual escola do município obtém maior número de alunos com SD?

3. Todos os alunos com SD do município obtém professor de apoio? Quais as dificuldades vivenciadas neste processo?

4. Quais são os critérios utilizados para seleção de conteúdos que serão trabalhados com estes alunos?

5. Quando se recebe o aluno com SD na escola, qualquer profissional da educação pode ser seu professor?

6. O profissional regente de turma ao receber o aluno com SD deve elaborar um planejamento diferenciado? Ou é utilizado o mesmo que os demais da turma?

7. A Secretária Municipal de Educação realiza o acompanhamento do rendimento e desenvolvimento destes alunos? Como?

8. Existem critérios utilizados para o encaminhamento do aluno com SD para o centro de equoterapia e estimulação precoce da cidade? De que maneira acontece?

9. Existem dificuldades em atender a demanda com SD? Quais as consequências para o aluno?

10. O centro de equoterapia e estimulação precoce da cidade influenciam de modo positivo para o desenvolvimento deste aluno em sua vida acadêmica e pessoal?

APÊNDICE 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Sr(a) Diretor(a): Departamento de Atendimento as Necessidades Educacionais Especiais

Eu, Letícia Sousa Silva, acadêmica da Universidade Estadual de Goiás-UEG - Campus de Luziânia, situada à Avenida do Trabalhador, gleba-B4, Bairro Industrial de Luziânia, do curso de Licenciatura em Pedagogia, estou realizando uma pesquisa com o tema: Desafios e perspectivas da inclusão da criança com Síndrome de Down nas escolas no município de Luziânia, sob a orientação da Professora Especialista Márcia Aparecida de Sousa e solicito autorização para realizar a coleta de dados nessa Instituição.

Informo ainda que, todas as informações serão mantidas em sigilo e terá somente finalidade acadêmica de apoio a pesquisa.

Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada e me coloco à sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário no telefone da Universidade Estadual do Goiás 3620-6330.

Respeitosamente,

Luziânia-GO, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto: Desafios e perspectivas da inclusão da criança com Síndrome de Down nas escolas no município de Luziânia, sob responsabilidade da Prof.^a Especialista Márcia Aparecida de Sousa e da aluna Letícia Sousa Silva.

O objetivo desta pesquisa é: demonstrar as possibilidades e desafios da Inclusão da criança com Síndrome de Down em sala de aula no ensino fundamental, na rede municipal de ensino na Cidade de Luziânia – Goiás. Este trabalho justifica-se Mediante a experiência de conviver com uma pessoa com Síndrome de Down na família e as dificuldades encontradas no que diz respeito à inclusão, despertou assim o forte interesse pelo tema, e a partir disto instigou a descobrir como funciona no âmbito educacional na rede municipal de ensino de Luziânia – GO.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão (no caso da aplicação de um questionário e/ou entrevista) que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). A sua participação será da seguinte forma: Pesquisa qualitativa. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade Estadual do Goiás podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para Prof.^a Especialista Márcia Aparecida de Sousa na Universidade Estadual do Goiás, telefone: 3620-6330.

Luziânia, ___ de _____ de _____.

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Neste documento, eu Letícia Sousa Silva declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

Letícia Sousa Silva

ANEXO B – CARTA DE ACEITE PARA BANCA EXAMINADORA

Luziânia-GO, _____ de _____ de 201____.

A Coordenadora Adjunta de TC do Curso de Pedagogia, Professora. Me. Lidiane Valença do Campus Universitário de Luziânia.

Comunico que a aluna **Letícia Sousa Silva**, do Curso de Graduação em Pedagogia, **está apta** a apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso, em sua versão final, para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás, intitulado “**Desafios e Perspectivas da Inclusão da Criança com Síndrome de Down nas Escolas no Município de Luziânia**”.

Sendo o que havia a informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Márcia Aparecida de Oliveira